

BIOPOLÍTICA NA ERA FARMACOPORNOGRÁFICA: UMA LEITURA DE *TESTO JUNKIE*, DE PAUL B. PRECIADO

Luciana Lima Fernandes ¹

RESUMO

Paul Beatriz Preciado denomina de *era farmacopornográfica* o período iniciado logo após a Segunda Guerra Mundial, cuja centralidade das tecnologias hormonais, de medicamentos e drogas e da indústria pornográfica inaugurou uma nova forma de pensar e viver o corpo, em que sexo, sexualidade e gênero se transformam numa questão central para a política e para a economia. A partir de um estudo teórico desses elementos e de sua própria experiência com a auto manipulação de testosterona, o autor empreende uma análise do que chama de terceira fase do capitalismo, a fim de compreender a nova gestão do ser vivo desenvolvida nos séculos XX e XXI, embora compreendendo que ainda estão presentes alguns elementos das sociedades de controle e disciplinar, antevistas por Michel Foucault. O presente artigo pretende, portanto, acompanhar e problematizar a análise empreendida por Preciado em *Testo Junkie* para pensar junto com o autor as principais configurações dessa nova maneira de gestão da vida na sociedade farmacopornográfica. A conclusão a que se chega é que corpo, gênero e sexualidade como formadores de subjetividade são alvos centrais da política e economia atuais, e que é necessário elaborar novas formas de ação a resistência para acompanhar essa nova biopolítica. Como proposta de agência frente à capitalização sobretudo dos corpos e gêneros dissidentes, o filósofo cria a noção de *política de monstro*, inspirada no pós-pornô, possibilitando, assim, que se crie e se multiplique um processo de desidentificação crítica com os corpos e gêneros tradicionais.

Palavras-chave: Estudos de gênero, Biopolítica, Era farmacopornográfica, Paul Beatriz Preciado.

INTRODUÇÃO

“Este livro não é uma autobiografia, mas um protocolo de intoxicação voluntária à base de testosterona a respeito do corpo e dos afetos de B.P. Um ensaio corporal. Uma ficção, na verdade. Se for possível levar as coisas ao extremo, é uma ficção autobiográfica.” (PRECIADO, 2018, p. 13) É com essas palavras que Paul Beatriz Preciado inicia *Testo Junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica*, seu segundo livro, publicado originalmente em Madri, na Espanha, em 2008, e somente traduzido para o português em 2018. *Testo Junkie* tem a proposta teórica e política de pensar sexo, gênero, corpo e desejo a partir de uma perspectiva pouco convencional no campo filosófico, associando o debate intelectual de autores como Derrida, Foucault, Deleuze, Negri e Butler, com uma espécie de diário pessoal escrito durante os 236 dias e noites em que Preciado realiza a autoadministração de testosterona.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará, fernandes.lucianalima@gmail.com;

Seu primeiro livro, *Manifesto contrassexual* (2000), também com elementos autobiográficos, é um texto/ensaio/performance que propõe a contrassexualidade como uma noção e prática subversiva que vai de encontro à cisheteronormatividade vigente nas sociedades ocidentais desde a modernidade. A filósofa – Preciado prefere ser reportado como “filósofa” e feminista – defende que “a contrassexualidade não é a criação de uma nova natureza, pelo contrário, é mais o fim da Natureza como ordem que legitima a sujeição de certos corpos a outros” (PRECIADO, 2014, p. 21). Para além do gênero como uma performatividade, dialogando com Butler, o autor afirma que gênero, sexo e sexualidade compõem e ao mesmo tempo são produtos de uma tecnologia e não de um dado natural e biológico.

Em 2008, inserido em ambientes feministas e *queers*, decide iniciar seu processo de autoadministração de testosterona em gel, sem passar por nenhuma mediação médica, psicológica ou jurídica, uma vez que não queria submeter-se a protocolos normatizadores de masculinidade e feminilidade para estes campos, que se baseiam sobretudo na quantidade de miligramas que um organismo possui de determinados hormônios, como a testosterona, o estrogênio e a progesterona. Preciado escolheu não se submeter a esses campos de saber/poder para lidar com seu corpo e gênero, pois compreende que para além de uma construção, o corpo é sobretudo um campo de ação e intervenção. Para realizar o processo de transexualização no âmbito do Estado, seria necessário se considerar disfórico de gênero e se submeter a todo um protocolo médico e jurídico, ambos rechaçados pelo autor.

Em 2008, comecei a autoadministrar testosterona. Como vocês sabem, a testosterona é um hormônio tradicionalmente considerado pelo sistema médico como um hormônio masculino (é pensado no masculino: não existem hormônios masculinos!) e o qual não se pode ter acesso se não por meio de um protocolo de transexualização. Então, para poder ter acesso à testosterona deve declarar-se disfórico de gênero, ou seja, doente mental e transformar-se em objeto do sistema médico e jurídico estatal que permite, então, àqueles objetos o acesso as biotecnologias corporais que permitirão um conjunto de mudanças. (PRECIADO, 2010, p. 2 - 3)

O objetivo, portanto, não era exatamente mudar de sexo, se tornar um homem, mas questionar os conceitos de masculinidade e feminilidade como identidades naturais. Ao invés disso, Preciado os pensou como uma construção política que pode ser desconstruída, reconstruída, reformulada, destruída (PRECIADO, 2010, p. 4). O autor decidiu, ao mesmo tempo que manipulava sua experiência, empreender o que chamou de “genealogia política dos

hormônios” para compreender de que forma o gênero, para além de sua construção social, sofre interferências dos processos biotecnológicos.

O título *Testo Junkie*, que significa “viciado em testosterona”, foi escolhido pelo autor por não acreditar que sua experiência seria apenas de mudança de sexo, mas que a testosterona faz parte de uma tecnologia de hormônios e drogas que vem se ampliando sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, implicando em uma nova maneira de pensar e viver o corpo, em que sexo, sexualidade e gênero se transformam numa questão central para a política e para a economia. De acordo com Preciado, há uma terceira fase do capitalismo – posterior ao regime escravista e industrial –, que teria emergido no século XX “das ruínas urbanas, psíquicas, fisiológicas e ecológicas da Segunda Guerra Mundial” e ganhado maior visibilidade na década de 70, estabelecendo assim um novo tipo de governo do ser vivo.² Nessa nova fase, há uma centralidade da “gestão política e técnica do corpo, do gênero e da sexualidade” (PRECIADO, 2018, p. 26-27) ampliada pelo desenvolvimento das mídias globais e das biotecnologias, produtos do novo capitalismo. A partir de um estudo teórico e de sua própria experiência com a manipulação da testosterona, o autor procura empreender, portanto, uma análise de como sexo, gênero, sexualidade, identidade sexual e prazer se tornam “objetos de gestão política da vida”, levada adiante no século XX por dinâmicas outras que as dos séculos anteriores.

Os elementos que compõem o cenário dessa nova era serão: a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria, que foram os primeiros palcos a visibilizar tais mudanças por proporcionarem um grande avanço tecnológico e médico, sobretudo; a invenção do termo “gênero” como algo diferenciado de sexo, em 1957, pelo pedopsiquiatra norte-americano Jonh Money; a primeira faloplastia, realizada no Reino Unido pelo médico Harold Gilles, entre 1946 e 1948; a invenção da pílula anticoncepcional no final da década de 50, responsável por separar a prática sexual da reprodutiva; o boom da prostituição e o surgimento da pornografia, sobretudo a partir do lançamento da revista *Playboy*, nos Estados Unidos, em 1953; o surgimento de próteses cirúrgicas e químicas desenvolvidas pela indústria farmacêutica capaz de regular e desencadear a ereção do biopênis, ainda também nos anos 1950; os procedimentos cirúrgicos desenvolvidos depois das duas grandes guerras capazes de reconstruir a pele e alguns outros órgãos humanos – que serão décadas depois transformados em cirurgias cosméticas e sexuais. Esses são alguns exemplos que evidenciam, segundo o

² Aqui o autor faz alusão ao curso Foucault de 1979-1980 no Collège de France, intitulado *Do governo dos vivos*. São Paulo: CCS-SP, Achiamé, 2010.

autor, o surgimento de um novo período do capitalismo, que ele nomeou de *era farmacopornográfica*.

Esses são só alguns indicadores do surgimento de um regime pós-industrial, global e midiático que a partir de agora chamarei *farmacopornográfico*. O termo se refere aos processos do governo biomolecular (fármaco-) e semiótico-técnico (pornô) da subjetividade sexual, dos quais a Pílula e a *Playboy* são dois resultados paradigmáticos. (PRECIADO, 2018, p. 36, grifo do autor).

A partir de *Testo Junkie*, Preciado analisa os processos pelos quais os corpos, os fluidos, os hormônios, as doenças, enfim, essa parte mais material do gênero, são transpassados por um novo regime de produção e controle desde a segunda metade do século passado. O autor defende que esses objetos de estudo mais materialistas foram deixados de lado pelas análises construcionistas do gênero, sobretudo a teoria *queer*, por acreditarem que tais objetos cabiam mais às análises essencialistas. O autor realiza, portanto, uma junção dos elementos denominados construtivistas do gênero com uma nova leitura dos essencialistas, pensando-os além de uma teoria, mas sobretudo como uma possibilidade de ação política.

o que parece ficção científica é, na realidade, um terreno político. Hoje o nosso terreno político não é mais os debates sobre identidade, mas esse. A pergunta sobre quais são os processos de construção das identidades sexuais e de gênero não podemos responder apenas performativamente, devemos interrogar, também, os processos técnicos e biológicos de construção política. (PRECIADO, 2010, p. 7)

Sendo assim, é necessário que se faça um estudo dessa nova maneira de gestão da vida, que não se caracteriza mais pela predominância das áreas médica e jurídica, mas sim por outras tecnologias e campos de estudo, com o objetivo de se elaborar novas formas de ação a resistência que acompanhem essa nova biopolítica. É preciso pensar como é possível traçar linhas de fuga, para utilizar o conceito de Deleuze e Guattari, dentro dessas novas modalidades de produção do sexo e dos modos de subjetivação.

METODOLOGIA, RESULTADOS E DISCUSSÃO

“Ao poder hoje não se obedece, se traga”

Paul Beatriz Preciado

Em *A história da sexualidade: a vontade de saber*, livro escrito em 1975, Foucault descreve as mudanças no período clássico no que tange à sexualidade, ao corpo e ao poder como a passagem de uma sociedade soberana para uma sociedade de controle, acentuando o

papel central do sexo e da sexualidade nessa nova “arte de governar a vida”, inaugurando um de seus mais famosos conceitos, o de *biopoder*. Foucault explica que o poder soberano era exercido pelo direito de fazer morrer ou de deixar viver, ou seja, um “direito de morte”, mas que a partir da época clássica houve uma transformação profunda nesse mecanismo de poder, passando a ser aplicado de forma positiva sobre a vida, empreendendo em vez de sua eliminação, “sua gestão, sua majoração, sua multiplicação, o exercício, sobre ela, de controles precisos e regulações de conjunto” (FOUCAULT, 1988, p. 129). Essa gestão da vida, desenvolvida a partir do século XVII, deu-se sobretudo sob duas formas: a primeira centrada no corpo como máquina, adestrando-o e tornando-o mais produtivo através de procedimentos que caracterizam as disciplinas, o que Foucault chamou de “*anátomo-política do corpo humano*”; a segunda, a partir da metade do século XVIII, tomou como centro o corpo-espécie da população, que passava por uma série de controles e regulações, denominadas pelo autor de “*biopolítica da população*” (FOUCAULT, 1988, p. 131). Este biopoder foi elemento chave para o desenvolvimento do capitalismo desde o século XIX, e o dispositivo da sexualidade uma tecnologia eficaz no agenciamento do poder a partir de então, pois, de um lado, o sexo faz parte das disciplinas do corpo, e por outro, é central para a regulação das populações (FOUCAULT, 1988, p. 136).

Seguindo os estudos de Foucault, e dialogando com Monique Wittig e Judith Butler, Preciado denomina de “sexopolítica”³ essa forma de ação biopolítica do capitalismo disciplinar, e elenca o *sexo*, a *sexualidade* e a *raça* como as três ficções somáticas basilares do mundo ocidental a partir do século XVIII, ou seja, “o sexo se tornou parte tão importante dos planos de poder que o discurso sobre a masculinidade e a feminilidade e as técnicas de normatização das identidades sexuais transformaram-se em agentes de controle e padronização da vida”, de produção e governo das subjetividades (PRECIADO, 2018, p. 76).

Até então Preciado caminha com Foucault, embora faça ressalvas quanto à sua exatidão cronológica em determinados pontos, porém acredita que o filósofo francês perde força à medida em que se aproxima da contemporaneidade, pois não leva em consideração as transformações tecnológicas e de subjetividade ocorridas com o advento da Segunda Guerra Mundial e nas décadas posteriores. Tais transformações levaram a um outro sistema de saber-

3 Em outro texto, o autor define a sexopolítica como “uma das formas dominantes da ação biopolítica no capitalismo contemporâneo. Com ela o sexo (os órgãos chamados ‘sexuais’, as práticas sexuais e também os códigos da masculinidade e da feminilidade, as identidades sexuais normais e desviantes) faz parte dos cálculos do poder, fazendo dos discursos sobre o sexo e as tecnologias de normalização das identidades sexuais um agente de controle sobre a vida” (PRECIADO, 2011, p. 1)

poder – que foi nomeado por Deleuze e Guattari, no epílogo de *Mil Platôs*⁴, como “sociedade de controle” –, mas que Preciado prefere chamar de “sociedade farmacopornográfica”. (PRECIADO, 2018, p. 84 e 85)

A partir da história da sexualidade, é possível perceber alguns eixos relacionais entre corpo, poder e a produção tecnológica e política do corpo (nomeado por Foucault de *somatopoder*), que atravessam a identidade sexual desde o século XIX. A primeira característica dessa gestão é a criação das noções de heterossexualidade e homossexualidade, compreendidas como parte da identidade sexual dos sujeitos e depois como uma verdade “anatômica”. A segunda é o estabelecimento de uma estreita relação entre sexo e reprodução, o que abriu margem para a patologização da homossexualidade e da masturbação. Esses conceitos identitários da sexualidade e a naturalização da relação sexual com a reprodução nascem de um discurso médico-jurídico que patologiza as sexualidades dissidentes, uma vez que estas rompem com a estreita relação compreendida como natural entre o sexo e a procriação. “O séc. XIX está construindo um corpo, está dando limite a um corpo e está inventando uma coreografia sexual.” (PRECIADO, 2010, p. 11) Este é o regime disciplinar da sexualidade tal como Foucault o descreveu e a partir do qual as e os teóricos *queers* desenvolveram suas pesquisas.

Todavia, como já mencionado anteriormente, Preciado percebe uma descontinuidade nesse regime durante o século XX, sobretudo a partir da Segunda Guerra Mundial, que tem como pilares as indústrias farmacêutica e audiovisual.

Para os teóricos do capitalismo contemporâneo, como Hardt, Negri, Corsani, Marazzi, Virno etc, os motores do atual processo produtivo seriam a informação, o saber, a comunicação e as relações sociais. Já para Preciado, a nova força da economia é o *corpo autopornográfico*, ou seja, “o desejo, a excitação, a sexualidade, a sedução e o prazer da multidão” são os verdadeiros “motores de criação de valor agregado na economia contemporânea” (PRECIADO, 2018, p. 40). A maior indústria da cibereconomia na atualidade, comparável inclusive com a especulação financeira, é a indústria pornográfica. Os dados apresentados pelo autor – apesar de serem de alguns anos atrás, de quando escreveu o livro – continuam impressionantes:

há mais de 1,5 milhão de sites adultos que podem ser acessados em qualquer ponto do planeta. Dos 16 bilhões de dólares anuais gerados

4 No Brasil o texto é “Pós-escritum sobre as sociedades de controle”, in DELEUZE, Gilles. *Conversações*, trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo: Ed 34, 2013.

pela indústria do sexo, boa parte provém da indústria pornô. A cada dia, 350 novos portais se abrem a um número exponencialmente crescente de usuários. (PRECIADO, 2018, p. 42-43)

Esse mercado pornô que movimenta bilhões de dólares não é acompanhado pelos analistas financeiros do Google, eBay e Facebook à toa. Ele serve de modelo de produção e consumo no capitalismo atual, e não apenas por movimentar elevados valores econômicos, mas por ser uma forma de produção de prazer, de excitação, de sexualidade e afetos, numa palavra: de *excitação-frustração*, que servem de parâmetro para toda a indústria midiática e além. Se no século XIX a masturbação era algo a ser controlado, um malefício para a população, agora ela é fonte de um mercado bilionário que, junto com a indústria farmacêutica, “domina todo o fluxo de capitais, desde a biotecnologia agrária até a indústria *high-tech* da comunicação” (PRECIADO, 2018, p. 43).

O que era a força de trabalho no capitalismo industrial, é agora o que Preciado chama, inspirado por Espinosa,⁵ de *potencia gaudendi*, ou “força orgásmica”, a potência de excitação de um corpo de transformar o mundo em prazer. Inspirado em Donna Haraway, o autor compreende o corpo como uma entidade tecnoviva, superando os dualismos modernos entre homem/mulher, humano/animal e natureza/cultura. A importância dessa força orgásmica se dá porque ela é utilizada para a gestão dos processos de subjetivação, uma vez que é responsável por gerir os corpos, fluidos e desejos; e também porque resulta em dados digitais que hoje em dia são transformados em capital.

A sexualidade é transformada em espetáculo e em informação digital através da pornografia, que se caracteriza, assim como os demais espetáculos da indústria cultural, por reunir “performance, virtuosismo, dramatização, espetacularização, reprodutibilidade técnica, transformação digital e distribuição audiovisual” (PRECIADO, 2018, p. 282). Todavia, o que a diferencia dentro da indústria cultural contemporânea é ainda seu caráter marginal, oculto, ao mesmo tempo que serve de modelo para qualquer tipo de produção em termos de comunicação e entretenimento por produzir um certo vício caracterizado por um ciclo de excitação-frustração-excitação.

Em última instância, a pornografia evidencia a performatividade da sexualidade, não apenas a que está sendo gravada e exibida para um público universal que se torna dessubjetivado – teoricamente seria o homem cis heterossexual –, mas demonstra que toda

⁵ O autor se inspira na noção de “poder de agir ou força de existir” elaborada por Espinosa em *Ética*. Trad. GEE, coord. Marilena Chauí. São Paulo: Edusp, 2015. Há mais informações em *Testo Junkie*, na página 44.

sexualidade é *sempre performance*, uma prática repetida e regulada, e que a indústria cultural tenta recriar, embora deixando de fora os órgãos ditos “sexuais”.

A indústria contemporânea do entretenimento [...] nega o valor performativo da pornografia. [...] Mas, por trás dessa hegemonia, esconde-se o desejo da indústria cultural de afetar os centros tecno-orgânicos da produção da subjetividade (centros da produção de prazer e afetos, de sentimentos de onipotência e conforto) com a mesma eficácia com que o faz a pornografia. [...] A pornografia não é simplesmente uma indústria cultural: é o paradigma de toda a indústria cultural. (PRECIADO, 2018, p. 287)

Esse modelo pornográfico não está presente apenas no mercado do entretenimento, mas alcança também o mundo do trabalho. Se cada sociedade e período histórico produz uma economia e uma forma de produção específicas e, por conseguinte, um certo tipo de trabalhador, a era farmacopornográfica é marcada pelo trabalho sexual. A economia atual captura o sexo e a sexualidade e os transformam em mais-valia, o que Preciado chama de *pornificação do trabalho*. Deste se sobressaem como figuras paradigmáticas os trabalhadores ultrapauperizados, como as prostitutas, os atores e atrizes pornô, os migrantes, os pequenos traficantes, os corpos racializados, os que são responsáveis pelo trabalho doméstico e do cuidado do outro e, por fim, as crianças e os animais (que são utilizados para testes da indústria farmacêutica e de cosméticos). (PRECIADO, 2018, p. 302)

As características desse tipo de trabalho – que foi chamado por algum tempo de trabalho feminilizado – tais como a flexibilidade, a vulnerabilidade, a disposição total e a capacidade de improvisação, e as condições desse trabalho, como a precarização, a baixa remuneração, a falta de segurança e estabilidade, que por muito tempo constituíram atribuições básicas para qualquer profissional do sexo, tornam-se agora características universais dos demais trabalhadores e trabalhadoras. Todas as indústrias hoje passam por esse processo de pornificação do trabalho, cuja centralidade está na precarização e aparente feminização⁶ dos corpos que devem estar a serviço do capital. (PRECIADO, 2018, p. 311)

Essas características do trabalho pornificado já existiam antes, sobretudo entre os corpos racializados e precarizados, o diferencial hoje é que seu alcance foi amplificado, se tornando estrutural e mais explícito na forma de produção pós-fordista.

6 O discurso feminista tradicional caracteriza esse tipo de trabalho em que prevalece as múltiplas tarefas, a hiperprodutividade, o cuidado do outro e as demais características citadas como atividades historicamente realizadas pelas mulheres e, no geral, de forma não remunerada. Preciado discorda desse ponto de vista, por isso o termo “aparente” ao se reportar ao que denominou-se “feminização do trabalho” porque, segundo a filósofa, dizer que esse tipo de trabalho é feminino é naturalizar algo que é construído sócio e historicamente.

Além da produção pornográfica servir de modelo paradigmático da indústria cultural e exemplo da hiperprecarização do trabalho no atual capitalismo, a era farmacopornográfica tem como segundo principal pilar a hegemonia farmacológica, que prevalece no século XX, mas que tem suas origens no início do capitalismo moderno, embora deslegitimado e perseguido pela Igreja e pelo Estado então em formação como Estado moderno.

A história da Europa nas Idades Medieval e Moderna é marcada por uma intensa tradição de culturas e saberes praticados pelas classes populares, sobretudo por mulheres, feiticeiras, curandeiras, conhecedoras das ervas e substâncias curativas e psicoativas, que foram gradualmente sendo perseguidas pela Inquisição, julgadas e condenadas como bruxas. Já nas Américas, a chegada do colonizador assumiu o mesmo papel de condenação dos saberes ancestrais, mas aqui com justificativas não apenas econômicas, mas também racistas. Essa perseguição e eliminação dos corpos e dos saberes ditos populares se deu em um contexto de expansão do capitalismo em que todos esses elementos estão interligados. Na Europa, era preciso eliminar ou expulsar as populações do campo para privatizar aquelas áreas (o que na Inglaterra foi chamado de cercamentos), levando seus sobreviventes para as cidades a fim de servirem de mão de obra para o processo de industrialização que então engatinhava (estava inda em forma de manufaturas), a tentativa de monopólio do saber médico e especializado de qualquer substância com finalidade terapêutica ou recreativa, buscando assim a deslegitimação dos conhecimentos tradicionais. Nas Américas e, posteriormente, na África e na Ásia, os objetivos eram os de apropriação dos conhecimentos e da própria natureza, expulsão e eliminação da população nativa daquelas terras e sua transformação em escravos.

Todos esses elementos estavam conectados:

a emergência do capitalismo protoindustrial e suas formas científicas de produção e transmissão de conhecimento; o extermínio de uma parte da população que possuía saberes farmacológicos; o uso dos discursos raciais como argumentos religiosos e biológicos para justificar a escravidão e a opressão; o surgimento de novos modos de segmentar, demarcar e cercar a terra; a expansão colonial na América, África, Índia e Extremo Oriente; a invenção, na Europa, de modelos de trabalho servis e pró-escravistas. (PRECIADO, 2018, p. 163)

Era uma verdadeira guerra das instituições médico-jurídicas, que posteriormente buscaram a transformação dos recursos naturais em patentes farmacêuticas, e seus saberes especializados e científicos contra os saberes não profissionalizados populares, “uma guerra

do poder patriarcal branco ante os saberes narcossexuais tradicionalmente exercidos pelas mulheres, pelos povos colonizados e por feiticeiros não autorizados” (PRECIADO, 2018, p. 165). É sobre essa usurpação e esquecimento forçado que a modernidade vai construindo seus discursos médicos, sua produção farmacológica e todo o aparato industrial e tecnológico que os envolve.

O início dos estudos médicos e científicos sobre os hormônios, que se dá no começo do século XX, também surge a partir dessa relação com os corpos indesejáveis, ou tidos como inferiores pelo pensamento colonizador europeu, corpos estes compreendidos entre a fronteira do humano e do infra-humano, segundo os parâmetros de saber ocidental, branco, hétero e colonial: os homossexuais, os negros, os “loucos”, os “criminosos”, os povos colonizados foram os primeiros a serem submetidos aos experimentos de manipulação hormonal, evidenciando o caráter necropolítico⁷ de tais experiências. Se as primeiras cobaias eram animais, posteriormente, e concomitantemente, foram grupos de pessoas provenientes ou em situação de reclusão, como as que estavam no exército, na prisão, em hospitais psiquiátricos ou nos territórios colonizados do sul global.

Entre 1860 e 1910, há a invenção e elaboração do conceito de hormônio como uma substância emitida por alguma parte do corpo, uma “mensagem química” que é transmitida de um órgão para outro para suprir as necessidades do organismo, bem como o surgimento da endocrinologia como a ciência responsável pelo estudo dessas “substâncias internas”.⁸ A teoria hormonal elaborada no início do século XX está intrinsecamente relacionada ao contexto da telecomunicação, do tráfego de informações e do comércio mundial então em crescente expansão. A partir de então, o corpo não será mais pensado mecanicamente, como acontecia na modernidade, mas como um corpo eletroquímico e ultraconectado, já que os hormônios emergem como produtores e transmissores em um intenso sistema de comunicações:

O corpo moderno biopolítico, como sugeriu Foucault, não é mais uma superfície unidimensional em que o poder, a lei e a punição serão inscritos, e sim uma interioridade densa em que a vida, e também o controle político, ocorre sob a forma de troca, tráfego e comunicação. (PRECIADO, 2018, p. 172)

⁷ O conceito de necropolítica foi aqui utilizado por Preciado em diálogo com Aquille Mbembe, filósofo camaronês que trata da soberania como um direito que se tem sobre a vida e a morte do outro a partir de uma perspectiva colonial. Ver MBEMBE, Aquille. *Necropolítica*. São Paulo: N-1, 2018.

⁸ No capítulo 8 de *Testo Junkie* o autor faz um estudo histórico detalhado do surgimento dos estudos médicos sobre os hormônios e da pílula anticoncepcional como um dispositivo de regulação e controle dos corpos.

O desenvolvimento dos estudos e da manipulação dos hormônios serão imprescindíveis, posteriormente, como processos disciplinadores de sexo e gênero. Dos anos 30 em diante, com a complexificação da classificação hormonal em progresso, há uma convenção de que em cada gênero prevalece uma quantidade hegemônica de determinado hormônio, que convencionou-se chamar de “sexual”, como se ele determinasse o sexo e gênero de cada pessoa. Em outras palavras, a entrada em cena desses agentes químicos, que são os hormônios, será um complemento do diagnóstico de feminilidade e masculinidade, ao lado dos já existentes, a fisiologia e a genética. (PRECIADO, 2018, p. 179-180)

A invenção do estrogênio e da progesterona é um dos resultados centrais desse estudo endocrinológico, uma vez que são os elementos da composição da pílula anticoncepcional, e se tornaram as substâncias mais produzidas da indústria farmacêutica e mais consumidas na história da medicina. A pílula se torna absolutamente central na era farmacopornográfica por dois motivos: primeiro porque ela compõe um dispositivo para a gestão da reprodução da população, e segundo, porque inventa um novo modelo de feminilidade. (PRECIADO, 2010, p. 17)

Mais surpreendente que saber que esses hormônios, designados como sexuais, são as substâncias mais produzidas e consumidas, é perceber que essas moléculas foram administradas e destinadas quase que exclusivamente para o público feminino. Durante o século passado e até os dias atuais, é incomparável o uso dos hormônios ditos masculinos com os femininos, isto porque o corpo da mulher fora e é compreendido pela lógica patriarcal ocidental como um objeto natural de intervenção. A forma de controle farmacopornográfico destinada aos homens, que se dá desde sobretudo desde a última década do século XX, ocorre através de uma molécula chamada sildenafil, capaz de promover e manter a ereção do biopênis, o que levará o domínio da masculinidade do âmbito privado para uma disputa de “capitalização e domínio biopolítico”, que Preciado chama de “falocontrole”, sendo o Viagra e a testosterona os novos símbolos dessa masculinidade. (PRECIADO, 2018, p. 182)

Evidencia-se, desta forma, uma espécie de desequilíbrio biopolítico: enquanto aos homens são vinculados hormônios e substâncias ligadas à potência sexual, à força e à juventude, às mulheres, compreendidas como um dado natural (o que vem sendo dito desde Simone de Beauvoir), e como um objeto passível de intervenção, o que se destina a elas é o controle de sua libido e reprodução através do uso dos hormônios da pílula anticoncepcional.

A masculinidade é ainda produzida de acordo com um modelo de poder patriarcal soberano, ao passo que a feminilidade é regulada de

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

acordo com um conjunto de técnicas biopolíticas destinadas a controlar a reprodução da população em termos higiênicos e eugenistas [...]. (PRECIADO, 2018, p. 183)

Todavia, é preciso compreender que a mulher não é aqui pensada como uma “vítima” e o homem como um “carrasco”. Longe desta dicotomização, o que o atual sistema tecnomolecular do gênero, sexo e sexualidade enseja é alcançar a tudo e a todos. Não é mais o corpo da mulher o único alvo da biopolítica, os homens são também almejados, pois o que interessa é capitalizar todos os seres:

Ambos os casos têm como objetivo a capitalização do ser vivo. De um lado, o Viagra trabalha como uma prótese molecular normativa que vem reparar a impotência do corpo masculino considerado como produtor de esperma. Do outro lado, os corpos das mulheres são ainda construídos pelo regime farmacopornográfico como um sistema público reprodutivo (útero, células reprodutivas, vagina, placenta... tudo entendido como “bens públicos” e materiais de pesquisa) a serviço do interesse nacional. (PRECIADO, 2018, p. 183)

A criação da primeira pílula anticoncepcional, em 1951, faz parte de um contexto mais amplo de medicalização e regulação da vida privada desenvolvido desde o início do século XX. Alguns de seus objetivos iniciais eram controlar as populações pobres ou “indesejáveis” – vide os casos em que foram distribuídas em larga escala para mulheres racializadas, “deficientes” ou com “desvios sexuais”⁹ –, regular o desejo e a atividade sexual, a aparência dos corpos (uma vez sabido que os hormônios contidos na pílula anticoncepcional transforma o corpo de quem os ingere), e até mesmo o temperamento das mulheres, transformando seus corpos em uma espécie de prisão. Daí Preciado comparar a pílula ao panóptico de Bentham, amplamente estudado por Foucault como uma das formas de arquitetura projetada para otimizar a vigilância. Para a filósofa, “não estamos mais *no* panóptico, agora o engolimos” (PRECIADO, 2010, p. 21, grifo do autor). A própria embalagem da primeira pílula comercializada permite tal relação (conferir fig.1).

9 Preciado fala em especial da distribuição da pílula, quando em período de testes, para mulheres não brancas, pobre e trabalhadoras em Porto Rico como meio de se obter uma “purificação racial”. O autor cita vários estudos realizados sobretudo por pesquisadoras decoloniais, que podem ser encontrados em seu capítulo 8 sobre o farmacopoder.

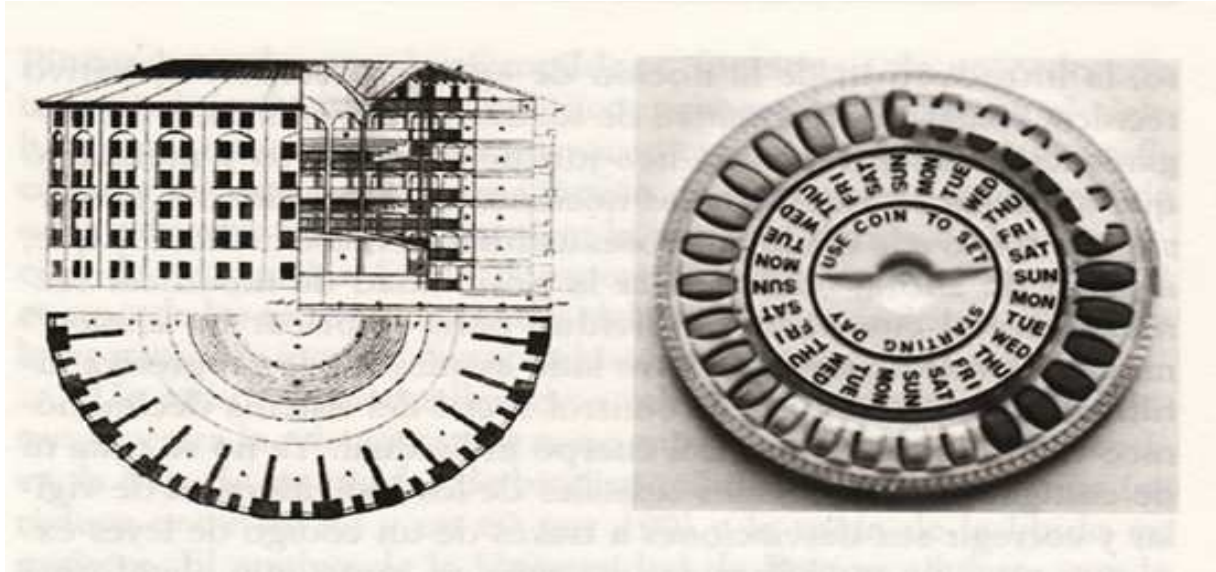


Figura 1. À esquerda, imagem do panóptico de Jeremy Bentham, ilustrada pelo arquiteto Willey Reveley, em 1791. À direita, imagem da primeira embalagem distribuída da pílula, em 1963.

Por fim, é importante salientar que esse processo de medicalização e regulação da vida privada, cujo ápice foi a criação da pílula anticoncepcional e do Viagra, evidencia a construção biotecnológica do sexo e do gênero. A formação da sociedade farmacopornográfica só foi possível graças a essas intervenções dos corpos enquanto plataformas da vida. O gênero não é, portanto, sobretudo performatividade, como defende Judith Butler¹⁰, mas também um dispositivo técnico e visual.

Somos tratados como produtores e consumidores de órgãos, fluidos, neurotransmissores: como os suportes e os efeitos de um programa biopolítico, mas desta vez é uma questão de *controle leve*, um tipo borbulhante de controle, cheio de cores, usando as orelhas do Mickey e os decotes de Brigitte Bardot, em oposição à arquitetura fria e disciplinar do panóptico ilustrado por Foucault. (PRECIADO, 2018, p. 227, grifo do autor)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tudo o que foi debatido a partir da leitura de *Testo Junkie*, é importante, por fim, ressaltar quais os objetivos do autor na elaboração de seu texto/experimento. De acordo com Preciado, e como mencionado anteriormente, é urgente que se faça uma leitura atualizada

¹⁰ De acordo com a autora, “dizer que o gênero é performativo significa dizer que possui uma determinada expressão e manifestação; [...] O gênero está condicionado por normas obrigatórias que o faz definir-se em um sentido ou outro e, portanto, a reprodução do gênero é sempre uma negociação de poder. Finalmente, não há gênero sem reprodução que põe em risco o cumprimento ou não dessas normas, com o qual se abre a possibilidade de uma reelaboração da realidade de gênero por meio de novas formas.” (BUTLER, 2009, p. 322)

das novas formas de biopolítica para que seja possível produzir ações políticas capazes de fazer frente a essas formas de produção e gestão dos corpos, gêneros, desejos, sexualidades e afetos. Os atuais movimentos feministas, sobretudo, devem se apropriar e ressignificar esses elementos para tecerem alianças compatíveis com a gramática da era farmacopornográfica.

Como discutido anteriormente, seus principais elementos são a pornografia como modelo midiático e de comunicação, uma vez que a produção de prazer, afetos e performance sexual vira o próprio modelo de produção de capital para as demais indústrias, não somente a cultural. Em segundo lugar, as tecnologias farmacológicas, compreendendo aqui todas as drogas, lícitas e ilícitas, substâncias químicas etc, que fazem parte da produção e gestão do corpo, gênero e sua performance. Em resumo, é a gestão biomidiática da subjetividade, em que “a indústria farmacêutica e a indústria audiovisual são os pilares sobre os quais se apoia o biocapitalismo contemporâneo” (PRECIADO, 2018, p. 54).

De acordo com Paul Preciado, é importante compreender, todavia, que atualmente não existe apenas o regime farmacopornográfico, mas que os regimes soberano e disciplinar de controle e produção dos corpos e da sexualidade permanecem presentes e justapostos na formação das subjetividades, como pode ser percebido, por exemplo, na continuação da concepção hegemônica do gênero binário, bem como na naturalização ainda existente da heterossexualidade como norma – embora não seja mais patologizada, como era no século XIX.

O regime farmacopornográfico não desloca simplesmente o regime biopolítico disciplinar do século XIX: estabelece alianças inesperadas e estratégicas com ele, criando novas ficções somatopolíticas tão estranhas como o Viagra-usuário-esperma-doador ou a mulher-consumidora-da-pílula-sexualmente-disfuncional. (PRECIADO, 2018, p. 238)

É preciso que as feministas e demais grupos minoritários sejam capazes de criar lugares, linguagens e estéticas outras, transformando, se possível, até mesmo seus próprios corpos, como faz Preciado, a fim de confrontar tais tentativas de enquadramento normativo de consumo e produção no capitalismo atual. Por exemplo, se do ponto de vista hormonal, o corpo masculino é ainda compreendido como forte e dominador, e o feminino como espaço passivo da violência masculina, que se democratize o uso dos hormônios considerados sexuais, para que qualquer um os utilize, borrando assim as topografias sexuais e de gênero. O experimento de intoxicação voluntária com a testosterona de Preciado é uma vivência desse

tipo de resistência que, ao mesmo tempo, demonstra o corpo como uma ficção política biotecnológica, e não apenas performática. (PRECIADO, 2018, p. 245)

Outras estratégias de luta citadas como exemplo pelo autor são a “negação dos protocolos de designação do sexo ao nascimento, a negação da patologização da transexualidade e a construção das políticas performativas: *drag queen*, *drag king*, *drag whatever*”. Sem falar do movimento pós-pornô que, partindo do pressuposto da pornografia como um modelo de comunicação universalizado e da performatividade transmitida por meio dela como construtora de desejos e afetos, a pós-pornografia cria seu próprio conteúdo, e seus membros passam a ser produtores ativos de material, criando uma “nova forma de representação crítica das relações sexuais” (PRECIADO, 2010, p. 25-26).

O denominador comum dessa grande variedade de estéticas e estratégias políticas [...] é uma inversão epistemológica, um deslocamento radical do sujeito de enunciação pornográfica: aqueles que foram objetos passivos do olhar pornográfico e disciplinador [...], se tornam os sujeitos de representação, questionando, desse modo, os códigos que tornam visíveis seus corpos e práticas sexuais e que produziam a impressão de estabilidade natural nas formas de fazer sexo e nas relações de gênero. (PRECIADO, 2018, p. 288-289)

A *potentia gaudendi*, ou seja, a força orgásmica, é reapropriada pelos sujeitos que a constroem. Se o capitalismo busca produzir e capitalizar essa potência, seja na forma farmacológica, seja na representação pornográfica ou no trabalho pornificado, a fim de produzir mais-valia, a *potentia gaudendi* deve ser transformada em processo revolucionário e para isso é preciso compreender os corpos como uma “rede tecno-orgânica-textual-mítica”, um sistema tecnovivo, que não pode ser de todo administrado por não ser apenas um ser vivo, mas também tecnológico.

O corpo pansexual vivo é o bioporto da força orgásmica. [...] Esta vida não pode ser entendida como um dado biológico, já que não existe fora das redes de produção e cultura que pertencem à tecnociência. Este corpo é uma entidade tecnoviva multiconectada que incorpora tecnologia. Nem organismo, nem máquina, mas “sistema fluido, disperso, rede tecno-orgânica-textual-mítica”. [...] Os corpos tecnológicos não estão nem-ainda-vivos ou já-mortos: somos metade fetos, metade zumbis. Assim, cada política de resistência é uma política de monstro. (PRECIADO, 2018, p. 46-47)

É preciso criar um processo de desidentificação crítica com os corpos e gêneros tradicionais, traçando alianças com as e os que desde sempre foram linha de frente nessa

criação: os corpos transgênicos, transsexuais e colonizados. É preciso, juntas, ir às ruas para que se crie e se multiplique essa política de monstro.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

DELEUZE, Gilles. *Conversações*, trad. Peter Pál Pelbart . São Paulo: Ed 34, 2013.

FOUCAULT, Michel. *A história da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. *Do governo dos vivos*. São Paulo: CCS-SP, Achiamé, 2010.

MBEMBE, Aquille. *Necropolítica*. São Paulo: N-1, 2018.

PRECIADO, Beatriz. *Manifesto Contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual*. São Paulo: n-1 edições, 2014.

_____. Multidões queer: notas para uma política dos anormais. In: *Revista Estudos Feministas*. Vol.19 no.1 Florianópolis: Jan/Abr 2011.

_____. *Testo Junkie: Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica*. São Paulo: N-1, 2018.

_____. *Transfeminismo no regime farmacopornográfico*. Tradução de Thiago Coacci. 2010.

(Disponível em: https://www.academia.edu/9723865/Preciado_-_Transfeminismo_no_Regime_Farmaco-pornografico, visitado em 2 de junho de 2010)
<https://www.pagina12.com.ar/diario/suplementos/soy/1-4022-2015-06-06.html> (Visitado em 15 de junho de 2019)